

OS FONEMAS SIBILANTES E A VARIEDADE DE SUA REPRESENTAÇÃO EM DOCUMENTOS SETECENTISTAS

Vanessa Martins do MONTE¹ (USP)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo sobre a variedade de grafemas utilizados para representar os fonemas sibilantes, surdos e sonoros, em documentos manuscritos do século XVIII. A partir da edição dos textos, selecionaram-se todas as palavras que possuíam os grafemas tradicionalmente usados para marcar as sibilantes. Após o levantamento, efetuou-se um recorte histórico, passando pela definição do termo polissêmico grafema; pela evolução dos fonemas /s/ e /z/, desde o galego-português até o português moderno; e pelas concepções gramaticais dos ortógrafos setecentistas. Finalmente, analisaram-se os dados levantados nos manuscritos para formular algumas hipóteses acerca dos usos dos grafemas.

RESUMÉ: Le présent article a comme objectif présenté an étude sur le variété des graphèmes utilisés pour représenter les phonèmes sifflantes dans manuscrits du siècle XVIII. À partir de la édition des textes, tout les mots qui avait des graphèmes pour marquer les sifflantes a été sélectionné. Après le sélection, un découpage historique se fait, en passant pour la définition du terme polysémique, graphème; pour la évolution des phonèmes /s/ et /z/, depuis le galician-portugais jusqu'à le moderne portugais; et pour les conceptions gramaticales des orthographes du siècle XVIII. Finalement, sont présentés les hypothèses sur les usages des graphèmes.

1. Introdução

O presente trabalho foi elaborado a partir do roteiro da apresentação a ser realizada na sessão de Grupos Temáticos do XI Simpósio Nacional e do I Simpósio Internacional de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, no dia 23 de novembro de 2006. Em formato de artigo, serão aqui discutidos os mesmos aspectos analisados na apresentação oral realizada no referido seminário.

Durante a leitura e edição de documentos do século XVIII, que serão descritos abaixo, alguns fatos lingüísticos chamam atenção, ora por se distanciarem ora por se aproximarem da língua portuguesa escrita atual. Um desses fatos é a tamanha variedade que se nota nos grafemas utilizados para representar os fonemas sibilantes (consoantes constritivas fricativas linguodentais). Durante o processo de edição do *corpus*, ou seja, sua leitura e transcrição, é possível apenas perceber a ocorrência de um ou outro fato lingüístico, que salta à vista. Após a primeira observação, então, verifica-se a produtividade do estudo de tal fato, por meio da ordenação das ocorrências encontradas e da pesquisa sobre o assunto ligado à tal fenômeno lingüístico.

Os diferentes grafemas utilizados para representar os fonemas /s/ e /z/ e a conseqüente variação de escrita de um mesmo vocábulo foram analisados mais atentamente nos documentos editados e verificou-se que havia produtividade do tema para a realização de pesquisa.

1.1. O Corpus

O conjunto de documentos selecionados para a presente pesquisa compreende manuscritos escritos em língua portuguesa, entre 1724 e 1793. As tipologias assim como as procedências são diversas. Trata-se de requerimentos, cartas, bilhetes, informações, pareceres e requerimento provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. À exceção de uma narrativa feita a um eclesiástico, todos os demais documentos podem ser considerados administrativos públicos.

A seleção de manuscritos brevemente descrita acima constitui o *corpus* da pesquisa e, como se pôde observar, foi escrito por copistas distintos. Além da tipologia e procedência serem variadas, também o autor varia conforme o documento, perfazendo sete escribas em todo o *corpus*. Tais características são interessantes em trabalhos que visam avaliar fatos lingüísticos diacronicamente, pois tendem a apagar marcas próprias de um escriba, de uma região ou de um tipo de documento.

¹ vmmonte@terra.com.br

1.2. Proposta de Estudo

A partir das ocorrências de sibilantes verificadas no *corpus*, primeiro, de maneira incipiente, durante a edição dos documentos, e depois, após a organização de uma lista de palavras com sibilantes agrupadas de acordo com a posição em que apareciam, levantou-se a questão que pretende ser respondida neste artigo: existiria uma norma ou tendência adotada pelos escribas na escolha dos grafemas utilizados para representar os fonemas consonantais sibilantes no *corpus* em questão, do século XVIII?

Delimitou-se o campo da pesquisa às sibilantes em posição inicial e medial, intervocálica e em travamento silábico, excluindo-se as consoantes em posição final, para esta primeira etapa da pesquisa. Neste levantamento inicial comprovou-se a variedade existente na maneira de grafar um mesmo vocábulo, como: serviço / servisso, cinco / sinco, claces / clães e presidente / prezidente. Além disso, havia muitos vocábulos cuja grafia não corresponde ao português padrão atual, por exemplo: accuzar, açento, baztante, cauzava, despejcem, pezos, selebrar, sentro, prodegiozos, profeçores etc.

Convém ressaltar que as hipóteses a serem formuladas a respeito da questão valem, a princípio, somente para o *corpus* utilizado nesta pesquisa, não devendo ser generalizadas para todos os documentos escritos no mesmo período em língua portuguesa. Como se verá adiante, algumas hipóteses corroboram teorias propostas pela literatura, porém é importante ressaltar que os fenômenos relatados ocorrem nos documentos selecionados para análise nesta pesquisa.

2. Contexto histórico

2.1. A noção de grafema

Uma importante discussão surge no processo de escolha do melhor termo para designar as unidades mínimas da língua escrita. Seriam letras, grafemas, fonografemas, fonogramas? Se o estudo dos documentos antigos, portanto o texto escrito, é o objeto da filologia, é imprescindível a reflexão acerca dos termos utilizados ao tratar do sistema escrito de uma língua.

Os estudos lingüísticos modernos, de forma geral, passaram a supervalorizar a língua oral, seguindo à risca as teorias saussurianas, ficando o sistema escrito à margem, considerado “representação (infiel) da língua (oral)” (PELLAT, 1996:133). O retorno ao estudo de textos escritos, ocorrido nos anos 1970, propiciou a avaliação e a tentativa de definição de muitos termos relacionados ao código escrito.

A conceituação e as formas de interação entre o oral e o escrito, bem como o conceito de língua adotado, são precedentes indispensáveis para a definição de um termo largamente utilizado atualmente: grafema. O termo, cunhado pelo lingüista polonês Jan Baudouin de Courtenay² em 1907, possuiu durante muito tempo uma dimensão puramente gráfica, aproximando-se do conceito de letra. Conforme avançaram as reflexões sobre a língua, durante o século XX, o grafema foi ganhando diferentes significados.

As diferentes significações que lhe são atribuídas variam de acordo com a posição teórica dos estudiosos da língua sobre o sistema escrito e o oral. Se a língua escrita define-se como representação visual da língua oral, a concepção de grafema tende a se restringir ao paralelismo com o fonema (unidade mínima fônica). Se, por outro lado, toma-se a escrita como sistema quase autônomo de uma língua, o conceito de grafema amplia-se, tornando-se uma face abstrata da letra, com funções que alcançam maior significação do que meros caracteres. Quando se toma, todavia, os sistemas oral e escrito como complementares e passíveis de interações importantíssimas, o grafema surge como unidade polivalente, correspondendo ao fonema no nível lingüístico de base de uma escrita alfabética, mas passando a abranger as escritas ideográficas, ou analíticas, — nas quais se propõe o termo pictogramas, como espécie de subgrafema —, e as unidades supra-segmentais, como os sinais de pontuação.

O desenvolvimento do estudo dos sistemas de escrita não-alfabética e a conseqüente reavaliação dos papéis do oral e do escrito constituíram passos fundamentais para uma reflexão específica sobre a unidade de base do escrito (PELLAT, 1996:138). A definição de grafema adotada no presente artigo, portanto, corresponde à reflexão sobre a chamada teoria de L', proposta por Nina Catach (1996:19):

Trata-se [a escrita] de sistemas de signos altamente *organizados*, capazes de transmitir *qualquer* mensagem comunicativa em seus principais elementos: *articulados*, compostos de unidades *discretas* e *arbitrárias*, na perspectiva de uma *dada língua*. Portanto, trata-se realmente de uma linguagem, que ela chama *linguagem grafêmica* (LGR) por oposição à

² Courtenay também foi responsável pela criação do termo ‘morfema’, em 1881.

linguagem fonêmica (LF). As duas linguagens são complementares. Podem funcionar seja de forma autônoma seja de forma concomitante no seio de uma única e mesma língua, que sai transformada e enriquecida: é a teoria de L' (língua L linha).

Destarte, o conceito de grafema aqui utilizado é aquele que o considera como “unidade gráfica polivalente, cujo papel varia segundo os sistemas de escrita” (PELLAT, 1996:136). Tal definição, inclusive, é a que se pode verificar nos dicionários de língua portuguesa Aurélio e Houaiss.

Definida a noção de grafema que se pretende utilizar, deve-se lembrar que, no sistema atual das consoantes do português padrão, existem dois fonemas constritivos fricativos linguodentais, chamados sibilantes, o par [s] e [z], surdo e sonoro. A representação dessas consoantes é feita por uma série grafemas, simples e complexos: c, ç, sc, ss, s, x, xc, xç, z... Tal variedade provoca confusão desde alunos da educação básica até adultos escolarizados e cultos. A variação encontrada nos documentos do século XVIII, portanto, quando ainda não havia uma norma ortográfica oficial, persiste nos textos atuais, causando dificuldades a praticamente todos os alfabetizados em língua portuguesa. A razão dessa dificuldade será um dos aspectos discutidos a seguir.

2.2. Do Galego-Português ao Português Moderno

No latim, não havia as consoantes constritivas sonoras, o sistema se resumia às surdas: [f] e [s]. O sistema consonântico latino é considerado simples, sendo sua principal característica a predominância de consoantes oclusivas, que possuíam três pares de surdas e sonoras, como pode ser observado no quadro a seguir:

	Ponto de Articulação	Labiais	Anteriores	Posteriores
Modo de Articulação				
oclusivas	surdas	p	t	k
	sonoras	b	d	g
constritivas	surdas	f	s	-
	sonoras	-	-	-
nasais	sonoras	m	n	-
laterais	sonoras	-	l	-
vibrantes	sonoras	-	r	-

Do quadro acima, foram omitidas as consoantes geminadas, que se simplificaram no português, por não serem o foco principal do presente artigo.

De acordo com Camara (1979:50), “o quadro português, muito mais rico e mais equilibrado, resultou de um processo geral evolutivo, onde preponderam as tendências à lenização articulatória e à palatalização”. Segundo Mattos e Silva (1991:78), o processo de lenização, ou abrandamento, leva à simplificação das geminadas, à sonorização das surdas e ao desaparecimento das sonoras. Surgem, no português, as homorgânicas sonoras das constritivas, inexistentes no latim: [v] e [z].

A palatalização é responsável pela criação de seis novos fonemas no galego-português, apresentados por Teyssier (1982:12):

- /ts/ - *cidade* < *ciuitatem*, *cem* < *centum*, *preço* < *pretium*, *praça* < *platea*, *faço* < *facio* (hoje /s/) – o ce/ci, pronunciados no latim clássico como oclusivas velares, tem seu ponto de articulação alterado, aproximando-se da zona palatal no latim imperial.
- /dz/ - *prezar* (*pretiare*) (hoje /z/) – o i/e não tônicos seguidos de vogal do latim clássico passam a ser pronunciados *yod* no latim imperial e palatalizam a consoante anterior.
- /dʒ/ - *gente*, *hoje*, *veja*, *esponja* (hoje /ʒ/)

- /š/ - *roxo* (sem modificação no português moderno) – Quando o *yod* proveniente de *i* e *e* em hiato vinha depois de –ss-, esta consoante passou a [š], transcrito pela letra *x*; ex.: *rüssēum* > *roxo*.
- /lh/ - *filho* (sem modificação no português moderno)
- /nh/ - *senhor, tenho* (sem modificação no português moderno)

Dos novos fonemas, interessam os dois primeiros, /ts/ e /dz/, para o presente artigo. Conhecidos como africados sibilantes, por possuírem um momento oclusivo inicial seguido de uma parte final constritiva e caracterizarem um som que sibila, perdem o elemento oclusivo inicial e transformam-se em constritivas apenas, conhecidas como pré-dorsodentais, pelo seu ponto de articulação.

Além da sibilante surda herdada do latim, /s/, e da sonora, /z/, proveniente do latim falado, que eram articuladas como fricativas ápico-alveolares, o português medieval passa a contar com mais um par de sibilantes, /s/ e /z/, chamadas pré-dorsodentais ou pré-dorsais. O sistema das sibilantes constritivas no português arcaico pode ser apresentado da seguinte forma, de acordo com Teyssier (1982:60):

	Pré-dorsodentais	Ápico-alveolares
surdas	/s/ escrito <i>ç</i> e <i>c</i> antes de <i>e</i> e <i>i</i> ex.: <i>paço</i>	/š/ escrito –s e –ss- ex.: <i>passo</i>
sonoras	/z/ escrito <i>z</i> ex.: <i>cozer</i>	/ž/ escrito –s- ex.: <i>coser</i>

Nota-se portanto que há um grafema para representar cada fonema, e que, apesar da perda momento oclusivo inicial, os fonemas não se confundem, já que o ponto de articulação é diverso. A datação da perda do elemento oclusivo das africadas sibilantes é controversa. Segundo Teyssier (1982:59) “por volta de 1500, as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial”. Já Maia (1986:446) afirma que “desde o século XIII, as antigas africadas pré-dorsais — neste caso a pré-dorsal surda —, por perda do momento oclusivo inicial, tinham começado já a transformar-se em fricativas sibilantes pré-dorsais. Além disso, como consequência desse processo fonético, resultou a confusão de /s/ (← /š/) e /z/, uma vez que era relativamente pequena a margem de segurança entre os dois fonemas”. De qualquer forma, pode-se considerar que, pelo menos no galego, a transformação da africada surda em fricativa começa a ocorrer no século XIII, juntamente com a confusão entre a consoante surda ápico-alveolar e a pré-dorsal.

Convém ressaltar que, no quadro acima, constata-se o fenômeno da monovalência, ou seja, há um grafema para representar um fonema, o que seria o ideal da escrita alfabética. Assim, quando o fonema era /s/, pré-dorsodental, grafava-se *ç* ou *c*, e quando era /s/, ápico-alveolar, registrava-se *s* ou *ss*.

Porém, o sistema fonético começa a se transformar, no século XIII, e os quatro fonemas sibilantes começam a se confundir, passando, no século XVI, a apenas dois no português padrão: as fricativas pré-dorsais /s/ e /z/. Tal evolução pode ser observada nos documentos do período, que apresentam confusões de grafia. É importante notar que as transformações ocorrem, sobretudo, na região centro-sul de Portugal e na Galícia, mantendo-se o Norte mais conservador. Mattos e Silva (1991:95) resume a questão da seguinte forma:

Cintra (1936:72-75) em artigo já clássico sobre a questão demonstra as ‘confusões’ gráficas que observou em documentos não-literários portugueses e que lhe permitiu defender que elas começam em documentos dos arredores de Lisboa e do sul de Portugal desde os finais do século XIII. Com mais dados C. Maia aprofunda a questão e fornece novas informações sobre o problema, que não desmentem Cintra. Informa, por exemplo, que, contrariamente aos documentos do norte de Portugal que são conservadores na representação das quatro sibilantes, os da Galiza já desde o século XIII indicam ‘confusões’ ortográficas que sugerem que a perda do sistema de quatro elementos começa a se refletir nos documentos galegos.

Maia (1986:447) cita exemplos de diversos documentos dos séculos XV e XVI, do sul de Portugal, com confusões gráficas. A autora comenta a comparação realizada por José Joaquim Nunes entre as duas versões da Regra de São Bento, uma escrita entre 1414-1417 e a outra em 1565. Nunes comprova que desaparece na segunda versão a distinção feita na primeira entre *s* e *ç* e *s* e *z*. Segundo Maia, os gramáticos fornecem confirmações das confusões terem se intensificado no século XVI.

Para esclarecer o processo de mudança no quadro das sibilantes é importante ressaltar a diferença entre o português padrão, que provém da região central e meridional de Portugal, e os dialetos, que sobrevivem ainda hoje, sobretudo no norte.

A mudança, cuja origem é meridional, só atinge o dialeto padrão no século XVI, como atestam os documentos, os gramáticos e os estudiosos do assunto. Uma comprovação da distinção entre o português do sul e do norte pode ser notada na afirmação de Maia (1986:456).

É interessante observar que nos documentos portugueses da região (...) de Entre-Douro-e-Minho [norte] não ocorrem confusões gráficas idênticas às que foram indicadas relativamente à Galiza. E, de facto, era de esperar que assim acontecesse, dado que aquela região é ainda hoje, em parte, zona de distinção entre as sibilantes ápico-alveolares e as pré-dorso-alveolares (...) Pelo contrário, grafias paralelas às acima apontadas em relação à Galiza, ocorrem em documentos do Centro e Sul de Portugal, a partir do séc. XIII.

O fenômeno de confusão entre as sibilantes, ápico-alveolares e pré-dorsais, ocorrido no sul de Portugal, é conhecido com *seseo* ou *sesseio*, como informa Ivo Castro (1991): “o *sesseio* consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a ser produzidas com consoantes predorso-dentais”.

O quadro atual das consoantes sibilantes, conforme se observa no mapa abaixo, revela a manutenção dos quatro fonemas no nordeste de Portugal, em parte do Minho e de Beira Alta, e em Trás-os-Montes. Ao norte, na província do Entre-Douro-e-Minho, há confusão entre as sibilantes, mas prevalecem as ápico-alveolares. Na região centro-sul também existe confusão, prevalecendo as pré-dorsodentais, sibilantes que se mantêm também no português do Brasil. Sobre as razões da prevalência das pré-dorsais no Brasil, estão menos ligadas a uma suposta maior quantidade de portugueses provenientes do centro-sul terem vindo para a colônia, mas “o que sucedeu, de fato, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma *koiné* por eliminação de todos os traços *marcados* dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras *não marcadas* do Centro-Sul” (Teyssier, 1982:98).

No século XVIII, portanto, período em que foram escritos os documentos que compõe o *corpus* desta pesquisa, restavam apenas os dois fonemas sibilantes, pré-dorsodentais, /s/ e /z/, no português padrão, tanto em Portugal quanto no Brasil. Em virtude disso, a chance de ocorrer variação na representação deles é maior, visto que se perde a monovalência, pois a um fonema correspondem dois ou mais grafemas para representá-lo: no caso da sibilante surda, há os grafemas *ç*, *c*, *s* e *ss*; e, no caso da sonora, *z*, *s* e *x*.

2.3. A norma gráfica

Conforme verificado, a perda da distinção fônica entre os dois pares de fonemas sibilantes, pré-dorsodentais e ápico-alveolares, gerou a polivalência: havia mais de um grafema para representar o mesmo fonema. Haveria, então, uma norma estabelecida a ser seguida pelos escribas para uma escolha acertada entre um ou outro grafema?

A estudiosa Rita Marquilhas, em sua obra *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso*, pesquisa originais de imprensa, que são os testemunhos que serviram, na tipografia, para a composição de um texto impresso. A importância desse tipo de material reside no fato de serem testemunhos diretos dos momentos da redação: manuscritos de autor na sua versão final e da primeira impressão de um texto.

A partir da análise de originais de imprensa de quatro autores do século XVIII, Marquilhas (1991:8) busca a existência de uma norma gráfica setecentista comum, que não se concretiza: “do conjunto, saltou uma conclusão importante: a de que, apesar de no século XVIII se terem criado em Portugal excepcionais condições culturais para a convenção de uma única ortografia, essa convenção nunca chegou a ser celebrada, nem sequer tacitamente, podendo falar-se apenas de várias ortotipografias, umas vezes paralelas, outras vezes divergentes”.

De acordo com a autora, Portugal possuía um ambiente propício para a criação de uma norma: normatividade de um sociolecto da Corte, com código escrito privativo; caracteres tipográficos nacionais, sem sujeição aos tipos importados; criação de oficina vinculada ao órgão central do poder, elemento difusor da norma da Corte, gráfica e lingüística; e o ensino do português oficialmente decretado, orientado por um único texto programático. Porém, “o conteúdo das ações humanas pode muitas vezes contrariar as possibilidades e os limites estabelecidos pela consideração prévia de uma situação global” (Marquilhas, 1991:15).

Segundo Marquilhas (1991:15), os originais de imprensa geram uma lista de variantes gráficas, que apresentam “discordância considerável (mas não generalizada) entre os sentidos que tomam as diversas atitudes de correcção ortográfica. O facto de poder falar-se em ortografias officinais para as tipografias do século XVIII (...) não é generalizável a ponto de ser autorizada a referência a uma maciça opção gráfica nacional”.

2.4. Os ortógrafos do século XVIII

Com o pressuposto de que não havia um conjunto de regras gráficas a ser seguido pelos escribas, procurou-se verificar se as ortografias publicadas no século XVIII ditavam regras coerentes sobre a correta forma de representar as sibilantes. Foram selecionados três ortógrafos da época: Jeronymo Contador de Argote (1725), Madureira Feijó (1734) e Caetano de Lima (1736).

A primeira ortografia, de Contador de Argote, utiliza um sistema didático, de perguntas e respostas, para ensinar o valor das letras e dos sons. Ao comentar sobre as letras que uma vez tem um som e outras vezes outro, Argote (1725:344-345) explica o papel do *c*, do *s* e do *z*:

D. A letra C quando pega com a letra E, ou I, tem som da letra S, assim como *Ceo*, *Cinto*; quando pega com a letra A, O, V, tem som diverso da letra S, assim como *Camelo*, *Coco*, *Cura*.

M. E quando a letra C pega com A, O, V, e tem por bayxo hum plica?

D. Então conserva o som da letra S, assim como *Moço*, *Moça*, *Doçura*. (...)

M. Explicay a letra S.

D. A letra S em muytas palavras tem o som da letra Z, assim como *Fermoso*, *Resa*.

M. Explicay a letra Z.

D. Z no fim das palavras tem o som da letra S, assim como *Vez*, *Noz*, *Foz*.

O ortógrafo, em primeiro lugar, confirma a redução do quadro de quatro sibilantes a apenas duas quando afirma que tanto o *c* antes de *e* e *i* quanto o *ç* têm o som de *s*. Ou seja, Argote, no início do século XVIII, não faz qualquer referência à existência de outros dois fonemas sibilantes no português padrão. Percebe-se também que não há uma regra ou indicação que auxilie na escolha do grafema a ser utilizado para representar a sibilante, surda ou sonora. Comenta-se apenas que, em muitas palavras, o grafema *s* tem som de *z*, não se esclarecendo quando se deve fazer uso de um ou outro grafema.

Argote (1725:349) afirma ainda que “as regras da Orthographia Portugueza a mayor parte depende de alguma noticia da lingua Latina, e como este tratadinho se faz para os que ainda não sabem a lingua latina, he escusado repetir essas regras”. Entre as sete regras que o autor repete, apenas uma relaciona-se com as sibilantes, a terceira: “a letra C quando vem antes de A, O, U, e se pronuncia como S, poem-selhe hum plica em bayxo, assim como *Caça*, *Corça*, *Çumo*” (1725:350).

Madureira Feijó (1734:2), por sua vez, constrói sua ortografia com base na forma correta de pronunciar as palavras, conforme anuncia no início de sua obra. Diferentemente de Argote, Madureira Feijó (1734:44) aponta duas diferentes pronúncias para as sibilantes surdas, descrevendo inclusive o modo correto de pronunciá-las.

Ja dissemos, que o *C* como *C* se pronuncia com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando. O *S* pronunciase com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe hum som quasi assobiando do meyo da bocca; como se percebe nestas palavras *Sancto*, *Sá*, *Sé* etc. Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaçãõ do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he taõ diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma? Demos a cada hum das letras a diversidade da sua pronunciaçãõ, e logo se perceberá a diversidade de *Sá*, ou *Ça*, *Sé*, ou *Ce*, *Si*, ou *Ci*, *So*, ou *Ço*, *Su*, ou *Çu*. Pronunciase *Çapato*, e *Sapato*; *Maça*, e *Massa*; e diga quem não he surdo a differença, que percebe entre hum, e outro som.

O certo he, que os sons destas duas letras não se equivocaõ, e nós somos os que erramos a nossa pronunciaçãõ, e por isso duvidamos.

O ortógrafo, portanto, descreve os dois fonemas sibilantes surdos, que, no século XVIII, já teriam sido reduzidos a um (pré-dorsal) no português padrão: o primeiro, descrito como *C*, seria o pré-dorsal, e o segundo, descrito como *S*, seria o ápico-alveolar. Pelo modo como a descrição é feita, parece que todos os falantes da época realizavam a distinção entre os dois sons: “e diga quem não he surdo a differença, que

percebe entre hum, e outro som”. Porém, deve-se considerar o caráter autoritário e disciplinador dos ortógrafos e gramáticos do período, que muitas vezes deixavam de refletir o uso corrente da língua, preocupando-se com a criação de regras e formas de contenção da evolução natural do idioma.

Madureira Feijó (1734:47) faz ainda uma crítica aguda a Bluteau, que havia proposto a redução do ç e s a s. Neste momento, há menção aos dialetos portugueses:

O doutissimo Bluteau diz, que por evitar a variedade, que achou no uso do Ç e do S, as reduzio todas á classe do S. E eu digo, que desta classe so pôdem ter bons discipulos os Interamnenses [região de Entre-Douro-e-Minho], que por vicio patrio affectaõ sempre a pronunciação do S, e dizem *Cabesa*, *Sima*, *Simalha* etc. E nas palavras a cima referidas, ou havemos de mudar a pronunciação Portugueza universalmente usada dos mais doutos, e sabios da Corte, das Universidades, e dos pulpitos; ou se haõ de escrever com Ç e as mais, que dellas se derivarem.

Neste trecho, o ortógrafo faz referência ao chamado “s beirão”, que seria a sibilante apical, que predomina ainda hoje na zona noroeste-centro-leste de Portugal, onde praticamente não existe o fonema pré-dorsal do português padrão.

A respeito da sibilante sonora, Madureira Feijó (1734:95-109) comenta que não há regra definitiva para saber quando deve se escrever com s ou com z as palavras que possuem o fonema sibilante sonoro, por isso fará uma lista dos vocábulos com z intervocálico, os que não constarem dessa relação devem ser escritos com s.

Caetano de Lima (1736:102-104) concorda com seu colega ao tratar da dificuldade de estabelecer regra para o uso de s ou z.

Ha muita dificuldade em averiguar, quando se deve escrever S, ou Z entre duas Vogaes, pois que a pronuncia he a mesma. A regra mais certa, que pôde haver nesta materia, he escrever com S as palavras, que se derivarem do Latim, e tiverem S na ditta lingua, como entre outras as seguintes.(...) Não sendo as palavras derivadas do Latim, se escreveraõ com Z, principalmente nas terminaçoens AZA, EZA, IZA, OZA, UZA, AZO, EZO, IZO, OZO, UZO, por serem muy proprias da lingua Portugueza; e em outras occasiões, como se vê da lista seguinte. (...) Quando digo que não sendo as palavras derivadas do Latim, se escreveraõ com Z, fallo das que não são derivadas immediatamente, como he *Thesouro* de *Thesaurus*, ou que não tem S no Latim, como succede em *Agudeza* de *Acutus*, em *Catorze* de *Quatuordecim*, e outras semelhantes.

Discordam os dois ortógrafos, porém, ao tratar dos sufixos -osa e -oso. Enquanto Madureira Feijó recomenda o uso de s, Caetano de Lima indica o uso de z, utilizando o argumento de não serem ‘palavras’ derivadas do latim. A regra que este último tenta propor se relaciona justamente à etimologia do vocábulo: “não sendo as palavras derivadas do Latim, se escreveraõ com Z”.

Além da discordância sobre o uso das sonoras, Caetano de Lima (1736:75) também parece não concordar com Madureira Feijó quando descreve as sibilantes surdas, já que não faz nenhuma alusão às diferentes maneiras de se pronunciar o c, ç, ss e s, dizendo ter dificuldade em afirmar quando se usa um outro grafema: “a grande difficuldade consiste em saber quando devemos usar de Ç ou de dous SS, e ainda de hum só S, visto terem estas letras muitas vezes a mesma força. Nesta materia nos parece, que devemos reccorrer ás régras seguintes, considerando as palavras, ou como derivadas do Latim, ou como Portuguezas de natureza”. O ortógrafo, ao tentar estabelecer uma regra acertada, recorre à etimologia do vocábulo, seguindo o mesmo procedimento que adota em relação à sibilante sonora.

Um fato curioso sobre a obra de Caetano de Lima (1736:211) é um suplemento elaborado em defesa da letra³ z, que aparece no fim de sua ortografia. Segundo o autor, alguns críticos modernos desnaturalizaram a letra z, sem razão, pois a entrada da letra no alfabeto português não se deve ao capricho de alguns autores, mas a uma tendência que se observa em várias nações do mundo: caldeus, hebreus, entre outras, passaram a letra aos gregos, de quem os romanos tomaram para representar o som [dz]. Não se realizou, até o momento, pesquisa mais profunda acerca dessa perseguição à letra z, de qualquer modo, é interessante notar que seu uso inicial estava ligado à africada [dz], que posteriormente se transformaria na sibilante pré-dorsal /z/, representada pela letra z.

³ Talvez seja importante ressaltar o fato de os ortógrafos utilizarem o termo ‘letra’ como representação gráfica e também como representação fônica da linguagem oral. O termo ‘grafema’, como já afirmado, surge somente em 1907.

3. Apresentação dos dados

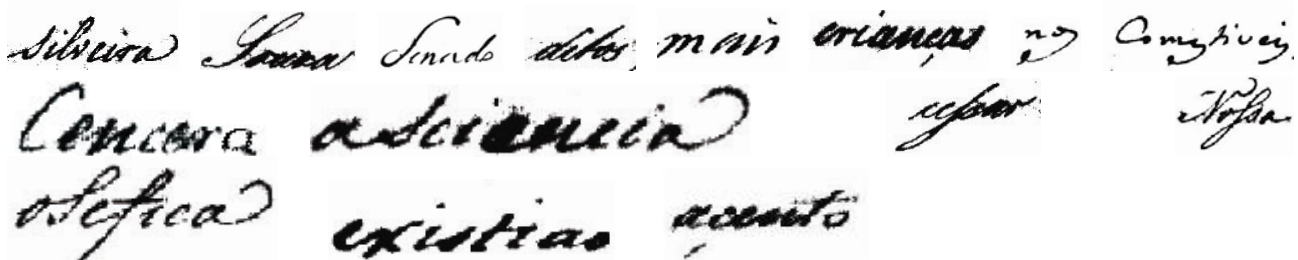
3.1. Distribuição das Ocorrências

Após o recorte histórico sobre a evolução e o comportamento dos fonemas sibilantes, volta-se ao *corpus* selecionado para pesquisa, com o objetivo de mostrar as ocorrências de tais fonemas ao longo dos documentos.

No *corpus* em questão, foram analisados os grafemas utilizados para representar as sibilantes surdas e sonoras, em posição inicial e medial, intervocálica e final de sílaba (travamento). É importante lembrar que para o presente artigo foram desconsiderados os casos de sibilantes em posição final de palavra. Em relação à posição final de sílaba, efetuou-se apenas o levantamento numérico, concentrando-se a análise na posição medial intervocálica e inicial absoluta.

Constatou-se a existência de três grafemas para representar a sibilante surda em posição inicial: *s*, *c* e *sc*. Não houve ocorrência de vocábulo iniciado por sonora. Para a posição medial, a quantidade de grafemas utilizados para representar o fonema surdo, como era de se esperar, foi elevada: cinco grafemas – *c*, *ç*, *s*, *sc* e *ss*. No caso do sonoro, em posição medial, houve três grafemas: *s*, *z* e *x*.

Antes de apresentar os dados do levantamento grafemático realizado no *corpus*, convém observar os diferentes traçados de alguns grafemas (alógrafos) em vocábulos selecionados: <*s*> em posição inicial (Silveira - Souza - Senado); em posição final (ditos – mais – crianças – nos); medial e final (comestíveis - osefica, por ossifica); <*c*> em posição inicial (cencera, por sincera); <*sc*> no caso, inicial de vocábulo colado ao artigo (asciencia); <*x*> em posição medial (existiao); <*ç*> em posição medial (açoito) e <*ss*> em posição medial (cessar - Nossa):



O primeiro fonema estudado foi a sibilante surda, conforme tabela abaixo.

Sibilante Surda

Posição	<c>	<ç>	<s>	<sc>	<ss>	<x>	<z>
Inicial	29	-	596	1	-	-	-
Absoluta	4,6%	-	95,3%	0,1%	-	-	-
Medial	192	166	37	9	224	-	-
Intervocálica	30,6%	26,4%	5,9%	1,4%	35,7%	-	-
Medial	-	-	320	-	-	27	2
Final de sílaba	-	-	91,7%	-	-	7,7%	0,6%

Verificou-se que, em posição inicial, o grafema mais utilizado, com 95,3% das ocorrências, foi o grafema simples *s*. Constatou-se uma ocorrência de *sc*-, verificada no vocábulo *sciencia*, cuja etimologia justifica a escolha. A respeito desse grafema complexo (ou composto), é interessante notar que Viana (1911:23) o mantém: “É conservado o grupo inicial *sc*, das seguintes palavras e seus derivados e afins, em que o *s* é mudo: *scena*, *sciencia*, *scetro*, *sceptico*, *scisma*, *scisão*, *sciatico*, *scintilar*, *scelerado*, e algum outro menos usual”.

Já em posição medial intervocálica, a preferência dividiu-se entre *c*, *ç* e *ss*, que somaram 92,7%. Na posição medial, final de sílaba ou travamento, a opção maciça verificada foi grafema simples *s* novamente, com 91,7% das ocorrências.

O segundo fonema estudado foi a sibilante sonora, conforme se verifica na tabela a seguir.

Sibilante Sonora

Posição	<c>	<ç>	<s>	<sc>	<ss>	<x>	<z>
Inicial Absoluta	-	-	-	-	-	-	-
Medial Intervocálica	-	-	13 1,5%	-	-	10 3,4%	268 92,1%

Em posição inicial absoluta, como já informado, não houve ocorrência de grafema representando sibilante sonora. Em contexto medial intervocálico, houve clara preferência pelo grafema z, empregado em 92,1% dos casos.

3.2. Análise dos Dados

Após o levantamento dos grafemas preferencialmente utilizados para registrar as sibilantes surdas e sonoras nos documentos estudados, procedeu-se à análise de cada contexto de ocorrência, com o objetivo de verificar se o grafema utilizado refletia as normas de ortografia empregadas atualmente, que ou representam a etimologia do vocábulo, ou sua forma consagrada pelo uso, podendo até não seguir a raiz etimológica neste caso.

Sibilante Surda – Posição Inicial

Total Ocorrências	625
Total Desvios	7
Porcentagem Desvios	1,1%

O levantamento realizado mostrou que, em posição inicial, do total de 625 ocorrências, todas com a sibilante surda, houve apenas 7 ocorrências ou 1,1% de desvio da norma padrão culta atual. Conforme apontado, o desvio apresentado em posição inicial pode ser considerado irrelevante do ponto de vista de variação, fato que corrobora a tendência da manutenção da consoante inicial na evolução do latim ao português. Como afirma Mattos e Silva (1991:81), “a maioria das mudanças na estrutura do latim para o português se verifica nas consoantes distribuídas no interior do vocábulo. As consoantes latinas em posição inicial se mantiveram no português”.

Sibilante Surda – Posição Medial Intervocálica

Total Ocorrências	628	
Total Desvios	68	
Porcentagem Desvios	11%	
	Absoluto	Porcentagem
Total desvios c	8	12%
Total desvios ç	28	41%
Total desvios ss	18	26%
Total desvios sc	0	0%
Total desvios s	14	21%

No contexto de posição medial intervocálica com o fonema surdo, a variedade de grafemas foi mais elevada, alternando entre c, ç (cç e sç), s, sc e ss. O desvio em relação à norma padrão culta atual também elevou-se, apresentando o índice de 11% (68 ocorrências). O grafema ç, neste caso, foi o mais produtivo, tendo sido utilizado em 41% dos casos cuja etimologia justificaria o uso de c, s, sc e ss. Na maior parte das vezes (46,4%), o ç substituiu o grafema ss. Com relação a esta variação, entre ç e ss, nota-se a ligação da escrita com a língua falada, visto que, como apontado acima, havia a distinção fônica entre tais grafemas: ç representava a consoante pré-dorsodental, que se manteve no português padrão, e ss representava a consoante ápico-alveolar, que se restringiu ao norte de Portugal.

Sibilante Sonora – Posição Medial Intervocálica

Total Ocorrências	291	
Total Desvios	127	
Porcentagem Desvios	43,6%	
	Absoluto	Porcentagem
Total desvios <i>s</i>	1	0,8%
Total desvios <i>z</i>	126	99,2%
Total desvios <i>x</i>	0	0,0%

Conforme indicam os dados da tabela, constatou-se que em 43,6% dos vocábulos (127 ocorrências) houve desvio em relação à norma atual. Das 127 ocorrências, 126 foram com o grafema *z*, que foi utilizado de forma indevida, ou seja, em palavras cuja raiz etimológica justificaria o uso de *s*. Houve apenas um desvio em relação ao grafema *s*: a forma do verbo fazer, grafada *fasem*. O grafema *x* não apresentou desvio. Nota-se, portanto, que o grafema *z* obteve um valor alto de desvio da norma padrão culta atual, tanto em valor absoluto (43,6%) quanto em comparação às sibilantes surdas.

Pesquisando-se a lista de variantes gráficas elaborada por Rita Marquilhas (1991), a partir dos originais de imprensa de quatro autores, verificou-se as correções efetuadas nos originais de imprensa, na tipografia, relacionadas às sibilantes. Do total de correções realizadas nos grafemas utilizados para marcar as sibilantes, a maioria recaiu sobre os grafemas utilizados para representar a sonora, à exceção de Bluteau, que só apresentou três casos de correção das sibilantes: Tomás Caetano – 78,6%, Manuel dos Santos – 70,6%, Manuel da Rocha – 58,6% e Bluteau – 33,3% (somente 3 ocorrências).

O que se pode atestar, portanto, é que o grafema utilizado para representar as sibilantes sonoras sofria grande variação, assim como se observou na análise das ocorrências do *corpus* utilizado nesta pesquisa.

4. Conclusão

Após a análise dos grafemas utilizados no *corpus* em questão, a primeira conclusão a que se chega é que a representação de surda medial não apresentou tanto desvio em relação à norma padrão culta atual quanto a representação da sonora. Enquanto os grafemas utilizados para registrar a sibilante surda tiveram um índice de 11% de desvio, o grafema *z* foi utilizado indevidamente em 43,3% dos casos.

Em comparação ao desvio verificado na representação do fonema sonoro, o desvio dos grafemas que representam a sibilante surda pode ser considerado baixo. Tal fato parece estar em concordância com o que descrevia Madureira Feijó (1734:44) a respeito das formas diferentes de se pronunciar o *c* e o *s*: “pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaçã do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he taõ diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma?”. Se ainda havia dois fonemas sibilantes surdos, então, o grafema escolhido representaria a escolha fônica do escriba.

Porém, o argumento acima contradiz os pesquisadores Maia e Teyssier, que afirmam que durante o século XVI generaliza-se, no português padrão, a confusão das sibilantes. Maia afirma ainda que, no galego, a surda apical começa a se confundir com a pré-dorsal ainda no século XIII, logo após a transformação da africada sibilante em constritiva fricativa. Significa que, no século XVIII, era de se esperar que o português padrão só contasse com os dois fonemas pré-dorsodentais.

Tendo em vista que os ortógrafos não tinham como objetivo realizar um retrato fiel da língua portuguesa de suas épocas, mas que redigiam obras com caráter moralizador, procurando criar regras para conter a evolução natural da língua e criticando usos que se afastavam da estrutura latina; é provável que Madureira Feijó, ao tratar dos dois fonemas sibilantes surdos, descrevesse não o que ocorria no português padrão, mas um fenômeno específico de um dialeto do território português. Em virtude disso, não se pode justificar a baixa ocorrência de desvio da sibilante surda com base no ortógrafo citado.

A forma mais adequada de se observar os dados seria considerar o índice de desvio apresentado no registro da sibilante sonora alto, já que só se considerou baixo o desvio da surda, quando comparado ao da sonora. Se os valores forem tratados de forma absoluta, e não comparativa, a afirmação pertinente é a de que o índice de 43,6% de desvio é considerado alto.

Sobre as sibilantes sonoras, é interessante notar que nenhum dos ortógrafos pesquisados aludiu a alguma diferença de pronúncia, o que confirma a manutenção de apenas um fonema no português padrão, no caso, o pré-dorsodental.

A confusão observada na forma de representar a consoante sonora, porém, é semelhante à arbitrariedade que se observa nas ortografias de meados do século XVIII. Feijó (1734:94) faz a seguinte consideração: “A duvida mayor no uso do *S* he, quando se ha de escrever simplez, ou dobrado; porque escrevendose simplez, humas vezes sôa como *S*, e outras como *Z*”. Caetano de Lima (1736:102), da mesma forma, atesta a dificuldade e assinala a informação fonética de extrema relevância: “Ha muita dificuldade em averiguar, quando se deve escrever *S*, ou *Z* entre duas Vogaes, pois que a pronuncia he a mesma”.

Além de coincidir com a dificuldade em estabelecer as diferenças entre o uso de *s* e *z* para representar a sonora revelada pelos ortógrafos setecentistas — que até se contradiziam, como nos casos dos sufixos -osa e -oso, em que Feijó indicava o uso de *s* e Lima o uso de *z* —, a preferência maciça pelo uso de *z* revela concordância com a preferência pelo *ç*, que foi empregado em 41% dos casos cuja etimologia justificaria o uso de *c*, *s*, *sc* e *ss*, no caso da surda. Os dois grafemas eram usados justamente para representar o par de sibilantes pré-dorsais, utilizado no português padrão. Uma hipótese provável, portanto, é a de que seria a opção natural do escriba que falasse a língua padrão optar pelos grafemas que representavam a sua realização fônica.

Ao retomar-se a questão proposta no início da pesquisa, se existiria uma norma ou tendência adotada pelos escribas na escolha dos grafemas utilizados para representar os fonemas consonantais sibilantes no *corpus* em questão, configuram-se duas vertentes distintas nos documentos, um relacionada ao fonema surdo, outra ao sonoro. A análise dos dados indicou que havia uma norma do português padrão quanto ao uso dos grafemas utilizados para representar a sibilante surda, já que esses apresentaram um índice baixo de desvio, 11%. Em relação à sibilante sonora, não havia norma estabelecida, conforme atesta a dificuldade dos ortógrafos em estabelecer regras e o alto índice de desvio (43,6%), mas há uma clara tendência no uso do grafema *z* para representar o fonema sonoro.

5. Referências Bibliográficas

- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. São Paulo: Padrão, 1979.
- CASTRO, Ivo. (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, vol. 1.
- CATACH, Nina. “Apresentação”. In: _____. *Para uma teoria da língua escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moreno e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996. p.5-20.
- FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingoa Portueza*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.
- LIMA, Caetano de. *Orthographia da Lingua Portueza*. Lisboa Occidental: Antonio Isodoro da Fonseca, 1736.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991.
- PELLAT, Jean-Cristophe. “Recenseamento Crítico das definições do grafema”. In: CATACH, Nina (org.) *Para uma teoria da língua escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moreno e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996. p.132-147.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e Silva. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIANA, Aniceto do Reis Gonçalves. *Bases para a unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Officiais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.